

7. SÍNTESE DA ESTRUTURA PROGRAMÁTICA E DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O Plano prevê, para o período 2016-2019, R\$ 74 bilhões, obedecendo à distribuição legal expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Quadro 4).

Quadro 4
PPA 2016-2019: Resumo programático e valor

Poder/Órgãos	Número de Programas	Valor R\$ 1,00
Poder Executivo	22	64.037.328.352
Poder Legislativo	3	3.168.289.049
Poder Judiciário	4	4.571.374.468
Ministério Público	1	2.077.009.221
Órgãos Constitucionais independentes	1	234.286.631
Defensoria Pública	2	625.982.156
TOTAL	33	74.714.269.877

Fonte: Sistema de Gestão do PPA do Estado do Pará (GEpPA), 2015.
Elaboração: Seplan, 2015.

Integram o valor total do Plano, recursos do tesouro, fundos especiais, receitas próprias de órgãos da administração indireta e das estatais, e aqueles provenientes de captação de recursos. Os

Encargos Gerais do Estado serão demonstrados nas leis orçamentária anuais do período de vigência do Plano.

Do valor total do Poder Executivo, correspondente a R\$ 64 bilhões, destaca-se que 49,8%, equivalente a R\$ 31,9 bilhões, são recursos de comprometimento exclusivo com o Programa de Manutenção da Gestão, destinado ao funcionamento da administração pública em todo o território paraense, cabendo 50,2%, cerca de R\$ 32,2 bilhões, ao conjunto de programas temáticos, de natureza finalística, destinados à execução das políticas públicas em todas as regiões de integração do estado.

Na distribuição dos programas temáticos, destacam-se, pelo maior volume de recursos, os programas Educação Básica; Saúde; Governança para Resultados, que inclui ações de valorização e assistência ao servidor público; Segurança Pública; e Infraestrutura e Logística.

Observa-se, ainda, nessa distribuição, a limitada alocação financeira para o Programa de Agricultura Familiar, em torno de R\$ 64,5 milhões, em contraste com o valor de R\$ 1,0 bilhão do Programa de Indústria, Comércio e Serviços. No caso deste último programa, registra-se que R\$ 964 milhões correspondem à ação extra-orçamentária de concessão de crédito, a ser executada pelo Banco do Estado do Pará (Banpará) com recursos próprios,

enquanto que os recursos alocados no Programa de Agricultura Familiar destinam-se exclusivamente às despesas de custeio.

Destaca-se, contudo, que os recursos estimados para o Programa de Agricultura não refletem a totalidade das despesas a serem realizadas para atendimento desse segmento, uma vez que estão resguardados no Programa de Manutenção da Gestão cerca de R\$ 400 milhões para as demais despesas, dentre as quais a de pessoal, imprescindível para a prestação do serviço de assistência técnica. Além disso, há também ações complementares destinadas a esse público em outros programas, a exemplo o de Agropecuária e Pesca.

Quanto à alocação espacial dos recursos do Plano, ressalva-se uma concentração na Região de Integração (RI) Guajará, formada pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, em torno de 66,7%, equivalente a R\$ 42,7 bilhões (Quadro 5), sendo R\$ 17,5 bilhões no conjunto de programas temáticos e R\$ 25,2 bilhões no Programa de Manutenção da Gestão.

Essa aparente distorção explica-se, em primeiro lugar, pela concentração gerencial, na RI Guajará, da quase totalidade das despesas administrativas do Poder Executivo para atendimento de todo estado, que são contabilizadas no Município de Belém,

comprometendo cerca de R\$ 25,2 bilhões (79%) do total estimado para o Programa de Manutenção da Gestão. Registre-se que essas despesas ainda não estão devidamente especializadas, carecendo de ajustes em sua apropriação.

Em segundo lugar, pela concentração de serviços públicos de suporte ao servidor público do executivo paraense e da rede de alguns serviços públicos, principalmente de educação e saúde, dentre outros, nesta região.

No que se refere aos serviços públicos de suporte ao servidor, destaca-se o volume de recursos da ordem de R\$ 4,2 bilhões destinados ao Programa Temático Governança para Resultados, na RI Guajará, que tem como um dos seus principais objetivos o fortalecimento da gestão de pessoas com ações de melhoria da qualidade de vida dos servidores públicos em todo o estado, especialmente os destinados ao Plano de Assistência em Saúde ao Servidor (PAS), totalizando R\$ 3,2 bilhões.

Quanto à rede de serviços públicos, no caso da educação, do total de recursos alocados no Programa Educação Básica (R\$ 12,2 bilhões), cujas ações estão voltadas para o ensino fundamental e médio, R\$ 10,4 bilhões destinam-se às despesas de pessoal, dos quais 58%, equivalentes a R\$ 6 bilhões, estão